

# AS INSUSTENTABILIDADES DOS PADRÕES DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTAS EM UMA PERSPECTIVA MULTIDIMENSIONAL

**Bernardo Cerqueira Agueda<sup>i</sup>**

Graduando em Geografia  
Pontifícia Universidade Católica  
do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

## Resumo

O presente artigo aborda a complexidade do capitalismo enquanto projeto civilizatório que, articulado ao movimento de ocidentalização do mundo, produziu um espaço essencialmente desigual e fragmentado. A reorganização dos padrões produtivos capitalistas para manter a acumulação carrega também uma forte dimensão simbólica, com discursos que legitimam as relações hierárquicas de poder. Tendo em vista a dinâmica atual, em que as cidades passam a assumir papéis centrais na economia mundial, as transformações que vem ocorrendo na cidade do Rio de Janeiro, pautadas no projeto de cidade global, também serão objeto de análise. Essa (re)produção do espaço será utilizada como demonstração das insustentabilidades inerentes às novas formas de acumulação capitalistas nas múltiplas escalas e dimensões do espaço, assim como as limitações e contradições dos discursos utilizados para justificá-las. Dessa forma, apresentar-se-ão novas formas de se pensar o espaço, baseadas na perspectiva multidimensional, visando elaborar novas possibilidades de desenvolvimento e bem-estar que não se sejam restringidas ao consumo.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade, Desenvolvimento, Acumulação por Espoliação, Ocidentalização, Cidade Global.

## THE UNSUSTAINABILITIES OF CAPITALIST ACCUMULATION PATTERNS ON A MULTIDIMENSIONAL PERSPECTIVE

### Abstract

This article approaches the complexity of capitalism as a civilizing project that, articulated to the movement of global westernization, produced an essentially uneven and fragmented space. The reorganization of capitalist productive patterns in order to maintain accumulation also carries a strong symbolic dimension, with discourses that legitimate hierarchical power relations. In view of the current dynamics, in which the cities start to assume central roles in world economy, the transformations occurring in the city of Rio de Janeiro, based on a project of global city, will also be analyzed. This space (re)production will be used to demonstrate the unsustainability inherent to the new capitalist forms of accumulation in multiple spatial scales and dimensions, such as the limitations and

<sup>i</sup> E-mail:  
[bernardoagueda@gmail.com](mailto:bernardoagueda@gmail.com)

contradictions of the discourse used to justify them. Therefore, new ways to think space will be presents, based of multidimensional perspective, aiming to elaborate new possibilities of development and wellbeing that wouldn't be restricted to consumption.

**Keywords:** Sustainability, Development, Accumulation by Dispossession, Westernization, Global City.

Em decorrência das grandes mudanças promovidas desde a década de 1970, com alterações no padrão produtivo e uma aceleração violenta do processo de globalização, é necessário analisar as insustentabilidades do desenvolvimento na maneira como se apresenta atualmente. O fenômeno espaço-temporal da globalização/fragmentação carrega também um pacote ideológico, construído historicamente. A economia global-informacional, resultado do movimento crescente de integração desigual, tem a manifestação espacial desse processo no conflito global-local. Dessa forma, certas cidades passam a assumir papéis centrais na economia mundial. Tornam-se também o centro das transformações e contradições do capitalismo, sendo nitidamente moldadas de acordo com os interesses privados e em detrimento da população em geral. Logo, o cotidiano é revelado também como totalidade, como discute Lefebvre (1991), ou “cada lugar é, à sua maneira, o mundo”, como analisa Santos (2006). As grandes transformações fazem das cidades um palco de segregação, tendo em vista a reestruturação que atende a atores globais, que se inserem na cultura do lugar, na ordem próxima, que é a ordem de tensão, mas também de sustentação desses interesses. Assim, analisaremos a força que assumem os discursos hegemônicos, normalmente carregados de reducionismos e determinismos, gerando uma construção de um consenso sobre os rumos da sociedade e representando um caminho único para o “progresso”. Nesse caminho inserem-se as novas formas de acumulação, que ocorrem paralelamente a uma estigmatização de certos grupos, que as legitima. São criados novos padrões de bem-estar, pautados no processo de mercantilização que se expande para quase todas as coisas, levando-nos a pensar formas alternativas de desenvolvimento, pensadas de acordo com as heterogeneidades do espaço, respeitando suas múltiplas dimensões.

## **Ocidentalização do mundo: o impacto dos discursos na globalização de imaginários e o sistema-mundo moderno-colonial**

Com base em Foucault (1980), Hall (2002) demonstra que um discurso nunca é neutro, uma vez que contém uma ideologia, uma forma de ver o mundo. Ao afirmar-se verdadeiro, carrega poder, que por ser uma relação, pressupõe um “outro”. O discurso, além de implicar uma relação de poder, é um dos sistemas por onde o poder circula, carregando diversas intencionalidades.

O Ocidente está ligado muito mais a um conceito ideológico do que a uma materialidade, sendo um ideário historicamente construído, como aponta Hall (2002). O Ocidente então representa uma metáfora, cercada por imaginários de elementos e símbolos, que se referem a uma sociedade capitalista, desenvolvida, modernizada, industrializada e urbana, como mostra o autor. É uma ideia que permite a classificação e hierarquização de tipos de sociedades, associando-as a imagens. É visto, assim, como modelo de comparação, fornecendo critérios para definir o grau de evolução. Portanto, é multiescalar, uma vez que ideologias e valores não estão atrelados a limites.

O Ocidente consolidou-se como hegemônico através da comparação com o “Outro”. O discurso ocidental se autodefiniu dessa forma, se opondo ao “resto” e reconhecendo sua diferença e o contraste em relação às outras culturas. O conhecimento produzido é um exercício de poder, uma vez que atende aos interesses de certo grupo ou classe. Esse discurso ocidental produziu assim, colonialidades do poder e do saber, que resultam em desigualdades sócio-espaciais.

O discurso ocidental consolidou-se como hegemônico articulado à Modernidade e ao capitalismo, pautado nas ideias de progresso e desenvolvimento, que marcaram seu projeto civilizatório. A racionalidade e a ideia de evolucionismo foram utilizadas para explicar e difundir a superioridade do modo de vida europeu. O Iluminismo, assim, reconheceu a sociedade europeia como mais avançada.

Ao apontar as diferenças do “Outro”, a sociedade ocidental afirma seu modo de vida. Deste modo, cria um Oriente estereotipado, onde a seletividade do olhar o caracteriza como primitivo e inferior, legitimando a dominação. Said (1990) descreve brilhantemente esse processo, chamado de “Orientalismo”, que não é repro-

duzido de forma aleatória, mas faz parte de uma construção geo-histórica de poder.

Com a formação de um sistema-mundo, com relações econômicas verdadeiramente globais, a Europa, como centro emissor, passou a impor padrões, formas de ver o mundo. Em um primeiro momento, a dominação se deu de forma mais explícita, através de armas e doenças e teve como consequências um etnocídio, genocídio e “ecocídio”. A violência era legitimada contra aqueles que resistiam à dominação, vistos como obstáculos para o progresso. Assim se deu a formação de um sistema-mundo moderno-colonial, como mostra Porto-Gonçalves (2006), onde o mundo é cada vez mais interdependente, com relações econômicas verdadeiramente globais, mas que são organizadas de acordo com hierarquias e relações assimétricas de poder previamente construídas.

Ao se impor e desconsiderar outras culturas, o Ocidente liberta-se também da natureza, externalizando-a. A revolução técnico-científica, relacionada a expansão do capitalismo pelo Ocidente, desenvolveu uma lógica utilitarista, que percebe a natureza como recurso a ser explorado, a ser transformado em riqueza. Esse processo se origina da desmistificação ou dessacralização da natureza, ampliando sua dicotomia em relação ao ser humano, transformador desse domínio. A igreja cristã também teve papel fundamental como formadora dessa visão nesse momento histórico específico, ao estruturar, a partir do pensamento antropocêntrico dominante, a visão de um Deus pessoal. O novo indivíduo que surge, é capacitado como qualificado e instrumentalizado para operar sobre o espaço. A natureza, então, fica submetida ao ritmo da produção econômica do sistema capitalista que se expande, criando e recriando relações de produção para a acumulação do capital.

Assim como a natureza, o homem também vira recurso a ser explorado, ou seja, incorporado como mercadoria e adquirindo importante papel no sistema produtivo, favorecendo o desenvolvimento capitalista.

Hoje em dia, em uma economia global-informacional devido à infraestrutura propiciada pelas tecnologias de comunicação, a dominação é menos explícita, mas com mesmo intuito de reprodução de tal sistema. Essas tecnologias de informação e comunicação ajudam a difundir o modo de vida ocidental pela globalização e reproduzem as relações assimétricas de poder pela colonialidade. Através da

mídia, por exemplo, e da obsolescência programada, o modo de vida do “Ocidente” é propagado. Esse discurso é também aceito e reproduzido pelo “resto”, que repete as mesmas atitudes. O Brasil, por exemplo, além de difundir esse modo de vida, exerce seu domínio dentro da América Latina, reproduzindo esse novo imperialismo. O Ocidente, assim, “oferece” seu modelo de desenvolvimento como libertação para a exploração sofrida, mas mantém a relação de alteridade (isolamento da diferença). Como mostra Edgar Morin (2002), de onde vem a barbárie, também vem o antídoto da barbárie.

### **Reduccionismos e limitações dos discursos predominantes: as desigualdades na relação sociedade-natureza**

Essa construção histórica de relações hierárquicas se reflete também na assimetria do acesso e uso dos recursos naturais. A consequente exploração da natureza também se reflete afetando a sociedade, mas com vulnerabilidades diferentes, também baseadas nessas relações assimétricas de poder. Ou seja, os grupos que usam esses recursos não são os mesmos que são predominantemente afetados pelas consequências dessa exploração. Assim, fica necessário desmascarar os discursos utilizados, distinguindo os grupos que usam e manipulam e as intencionalidades contidas.

Os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, muito utilizados atualmente, contêm diversos interesses e intenções, da mesma maneira. Esses termos estão constantemente inseridos nos discursos dos grupos dominantes, onde predominam ideias simplistas, opiniões de aceitação fácil, posturas apaixonadas e que não contemplam a realidade totalmente, como mostra Martine (1993). O emprego desses termos tem se restringido aos movimentos ambientalistas, numa maneira de reduzir sustentabilidade à sustentabilidade dos seres vivos naturais e desenvolvimento à crescimento econômico. O movimento ambientalista é predominantemente relacionado ao discurso da Economia Ambiental, cujas bases são os fundamentos da economia neoclássica. Esse discurso defende que os recursos naturais sejam reduzidos à lógica do mercado, atribuindo preços a esses bens públicos como estratégia de protegê-los. Sua ideia central é “internalizar as exter-

nalidades”, pressupondo que determinado custo privado não corresponde aos custos sociais e impondo a mercantilização dos recursos para evitar conflitos econômicos. Portanto, não ultrapassam a lógica mercantil e defendem a privatização, legitimando a apropriação por parte dos grupos de elite, que já correspondem a níveis extremamente altos de consumo. Dessa forma, como mostra Souza-Lima (2004), os economistas ambientais priorizam o lucro e não questionam em nenhum momento as relações sociais que sustentam a sociedade capitalista.

Com o enfoque nas questões econômico-demográficas, predominam até hoje os discursos neomalthusianos, que enfatizam a culpa do crescimento populacional dos pobres na ampliação dos problemas globais. Tais ideias ganham rápida aderência das classes mais abastadas da sociedade, assim como ganharam as ideias de Thomas Malthus no auge da Revolução Francesa. Essa percepção também não faz crítica alguma ao modelo de desenvolvimento, além de desconsiderar a hierarquia existente entre os problemas ambientais, com diferentes graus de gravidade. Não mostra, portanto, que os países de industrialização avançada são os responsáveis pelos principais problemas, principalmente devido aos níveis de produção e consumo. Oculta, assim, as desigualdades sócio-espaciais historicamente construídas, tratando o mundo como homogêneo, onde todos os atores envolvidos no sistema-mundo assumem papéis e responsabilidades equivalentes.

Essa percepção de um planeta único e homogêneo é acompanhada de uma visão romântica da natureza, que valoriza sua estética. Esse discurso ambientalista, que tem ganhado enorme visibilidade, é uma ideologia, cuja história está situada em um âmbito maior que envolve as ideologias e utopias associadas a desenvolvimento (RIBEIRO, 1992).

Haesbaert e Limonad (2007) mostram a lógica simbólica trazida pela escala-mundo, com um processo novo de territorialização que tem efeitos políticos. A construção de uma identidade-mundo traz também a ideia de natureza como um bem universal, que deve ser protegido. Porém, podemos perceber problemas simbólicos e políticos do discurso de que o mundo é homogêneo e de todos. É preciso distinguir os grupos que usam e manipulam para entender as intencionalidades presentes nessa visão, que facilita a apropriação da natureza por parte de quem já apropria historicamente. Como mostra Ribeiro (1992, p. 25), “o ambientalismo é

gerado no centro do sistema mundial, carregando consigo componentes culturais marcados por suas origens”. Haesbaert e Limonad (2007) mostram que nessa sociedade-mundo, valores como democracia, autonomia e os direitos humanos seriam de fato universalizados. Porém, como ressaltam, essas respostas de uma opinião pública internacional são ainda tímidas, ou estão a serviço exclusivo das grandes redes controladas pela elite planetária. Portanto, na economia global-informacional, as hierarquias e assimetrias persistem, porém estão mais camufladas.

Conceitos como capacidade de carga, pegada ecológica e espaço ambiental facilitam a compreensão da relação (população, desenvolvimento, meio ambiente), como propõe Martine (1993). Com exceção de “capacidade de carga”, relacionado apenas à capacidade de pessoas que um espaço físico suporta, esses conceitos já demonstram as heterogeneidades do espaço e os conflitos distributivos, ainda que de forma pouco desenvolvida. Falta a eles a análise multiescalar, além de uma melhor utilização das múltiplas dimensões do espaço integradas.

### **A transformação político-econômica do capitalismo: a reorganização dos padrões produtivos para manter a acumulação**

Para que seja possível uma melhor compreensão da dinâmica atual do capitalismo, analisando as relações assimétricas de poder que se constituem, é importante um maior aprofundamento de certas etapas ou períodos do processo de globalização, tendo como base as classificações de Porto-Gonçalves (2006). Porém, a ênfase será dada nas etapas mais recentes, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, quando se constituem novas formas de acumulação e relações de trabalho. Dessa forma, o foco não será dado nas etapas de Colonialismo e Imperialismo, mas nas suas implicações para os novos padrões produtivos.

O desenvolvimento do capitalismo se deu articulado com o modo de produção fordista/taylorista. O Taylorismo (organização científica do trabalho) generalizou-se após a Primeira Guerra Mundial, com o aumento de produtividade do trabalho e a separação entre o trabalho intelectual e braçal. Com a crise de superpro-

dução em 1929, o modelo liberal entrou em crise e o Estado passou a regular a economia com o New Deal.

Assim, no pós-Segunda Guerra Mundial, o modelo fordista desenvolveu-se articulado com a regulação do Estado, que garantia a acumulação. O padrão fordista, que teve como protagonista os Estados Unidos, se caracterizou por ser um regime intensivo centrado no consumo de massa, que busca produzir muito a preços baixos. Essa produção, mais homogeneizada, era também extremamente verticalizada. A linha de montagem torna a concepção, organização e engenharia de produção cada vez mais autônomas e a execução e a montagem cada vez mais desqualificadas, com a intensificação do trabalho especializado.

O aporte político para o desenvolvimento do fordismo foi a ideologia social-democrata, que completava os princípios da teoria keynesiana e do Estado de Bem-Estar Social. Assim, assumia as reivindicações das massas assalariadas, reconhecendo as organizações sindicais e garantindo o emprego. O objetivo era a elevação do poder aquisitivo dos trabalhadores, fornecendo o consumismo necessário para o desenvolvimento da indústria. Harvey (1992, p.121), a partir das contribuições de Antonio Gramsci, discute o esforço para criar “um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem”, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo. Como mostra Gramsci, esses novos métodos de trabalho “são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida” (HARVEY, 1992, p.122). Conforme é analisado por Antunes (2001), é essencial compreender que esse padrão produtivo se deu acompanhado de um “compromisso social democrático”, que buscava delimitar o campo da luta de classes e regular as relações capital-trabalho. Dessa forma, implementava ganhos sociais e seguridade social, desde que a temática do socialismo fosse relegada a um futuro de perder de vista. A integração do movimento social-democrático, que acabou por convertê-lo numa espécie de engrenagem do poder capitalista, gerou subordinação dos organismos institucionalizados, que atuaram como cogestores do processo global de reprodução do capital.

O modelo fordista/taylorista era caracterizado também pela grande concentração da produção, com a formação de grandes complexos urbano-industriais, onde a indústria buscava mercado consumidor, energia, transportes, mão-de-obra, etc.

Esse regime de acumulação desenvolveu-se de maneira diferente nos países periféricos, com um taylorismo primitivo ou “sanguinário”, com alta exploração do trabalho e exportação dos produtos para o centro. O fordismo periférico manteve esses países dependentes de tecnologia importada, apoiando-se na velha Divisão Internacional do Trabalho. No Brasil, por exemplo, não se registrou transferência dos ganhos de produtividade para os salários, apesar do crescimento econômico.

A crise desse regime de acumulação data do final dos anos 60 e início dos anos 70, onde os centros hegemônicos sofreram com taxas cada vez mais baixas de produtividade e o Estado de Bem-Estar Social começou a ser visto de forma negativa, pois o crescimento dos salários não acompanhava o crescimento do consumo, reduzindo os lucros e a consequente acumulação. O esgotamento do modelo possui razões tanto de ordem técnica como de ordem social e econômica, como mostra Ferreira (1997), gerando crise no círculo virtuoso do fordismo com as relações capital-trabalho, assim como em um nível menos global, nas relações trabalho e produção. O fordismo apresentava uma excessiva rigidez do sistema face às necessidades colocadas pela conjuntura econômica mundial.

O regime tornou-se incapaz de atender à demanda tanto do ponto de vista qualitativo (onde a qualidade e a diferença ganham importância) quanto do quantitativo (adaptação a choque de curto prazo). Já do ponto de vista socioeconômico, cada vez mais se evidenciava a inquietação social, seja pelo conflito distributivo ou pela resistência fortalecida pelo incremento do poder sindical. Torna-se cada vez mais difícil recrutar mão-de-obra que se sujeitasse sem resistência ao tipo de trabalho desqualificado predominante no processo produtivo, devido à elevação do nível de instrução das camadas populares dos países centrais. Outro fator contribuinte para o colapso deveu-se ao choque entre a desaceleração dos ganhos de produtividade e a rigidez da norma salarial (a prática generalizada de indexação do salário em relação à inflação e à elevação da produtividade da economia) e das relações de emprego vigentes (que conferiam certas garantias de estabilidade de emprego), resultando daí uma compressão das margens de lucro em vários setores desta economia, como mostra Antunes (2001).

Além disso, houve um ressurgimento de ações ofensivas do mundo do trabalho e o consequente transbordamento da luta de classes (ANTUNES, 2001). O

operário, ao perder a identidade cultural da era artesanal e manufatureira, se ressocializa de modo relativamente organizado, devido à perda da destreza e desqualificação repetitiva das atividades, que acabam funcionando como bases para uma nova consciência de classe. Portanto, o operário massa foi a base social para o estabelecimento do compromisso, mas também seu principal elemento de transbordamento, apesar de não conseguir converter as lutas num projeto societal hegemônico contrário ao capital. Ou seja, não conseguiu-se afetar a estrutura do capitalismo, que reorganizou seu processo produtivo para manter a acumulação.

A resposta foi a flexibilização do salário e do emprego, ou seja, uma ofensiva contra as conquistas dos trabalhadores. Isso se deu, principalmente, com Margaret Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos.

A crise dos EUA fez com que outras potências surgissem no cenário internacional, constituindo uma nova configuração mundial. Há uma financeirização e internacionalização da economia.

Além dessas, outras transformações engendraram a nova ordem. Os mercados, que eram regidos pela oferta, passam a ser regidos pela demanda, com novas formas de concorrência, além de mudanças organizacionais (organização pós-taylorista, multidimensional e à cadências flexíveis). Também é importante destacar a revolução tecnológica. Os microprocessadores, por exemplo, alteraram a dinâmica da produção, como relata Ferreira (1997).

O distanciamento da crise de 1929, da Segunda Guerra Mundial e do “espectro” do comunismo determinaram a reestruturação econômica como separada do compromisso do “Welfare State” e das políticas de pleno-emprego. Os empresários buscam enfraquecer ou eliminar os compromissos anteriormente estabelecidos com os trabalhadores, que foram crescentemente responsabilizados pela redução de produtividade, pelos elevados custos e pelos obstáculos à competição. Essa modernização, que acentuou os ganhos de produtividade e apontou para um novo padrão tecnológico, assume ao mesmo tempo um caráter marcadamente desigual, mantendo as assimetrias e caracterizando uma distribuição desigual dos benefícios do progresso técnico, como mostra Mattoso (1995) ao discutir Tavares. Assim, pode ser vista como uma reedição da “modernização conservadora”.

Busca-se hoje pelo mundo, portanto, incentivos fiscais (“guerra dos lugares”), uma mão-de-obra barata e ausente de leis trabalhistas. As tecnologias de informática que surgem, no “meio-técnico-científico-informacional” de Santos (2006), permitem a desconexão física entre a localização da indústria e o mercado consumidor. Passa-se a fragmentar a gestão e a execução com o movimento de terceirização internacional. Segundo Sassen (1993, p. 188): “A geografia e a composição da economia mundial transformaram-se de modo tal que produziu uma complexa dualidade: uma organização da atividade econômica espacialmente dispersa, mas ainda mundialmente integrada.” Assim, há um rompimento das estruturas rígidas que associavam desenvolvimento à industrialização e a um padrão elevado de vida. Cria-se um imaginário de flexibilidade, liberdade, mascarando o controle dos fluxos econômicos e simbólicos. A sociedade é, cada vez mais, organizada em torno de fluxos materiais e imateriais, que são a expressão dos processos que dominam nossa vida econômica, política e simbólica. Dessa forma, são gerenciados pelos grupos dominantes, articulando o espaço direcionadamente (HAESBEAERT, 2010).

Nessa reorganização do processo produtivo, a força de trabalho é segmentada e precarizada. Surgem trabalhadores temporários, externos, em tempo parcial, trabalho a domicílio, entre outros, com alta rotatividade. A transformação da fábrica em um organismo complexo exige um novo tipo de trabalhador, que valoriza seu conhecimento técnico individual e, mais polivalente, seria capaz de interagir criativamente com o novo processo de trabalho. As renovadas relações também impedem um vínculo do trabalhador com a fábrica e o trabalho fixo, dificultando a organização sindical. Há, assim sendo, uma superexploração do trabalho, fornecendo total liberdade para a acumulação do capital.

O proletariado hoje, ou a “classe que vive do trabalho”, compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção, como analisa Ricardo Antunes (2001). Essa “classe que vive do trabalho” é centralmente composta pelos trabalhadores produtivos (que produzem diretamente a mais-valia), apesar de englobar também os trabalhadores improdutivos (que produzem indiretamente a mais-valia, ou seja, através de serviços, onde o trabalho consumido como valor de uso e

não como trabalho que cria valor de troca). Essa classe trabalhadora de hoje, mais ampla que o proletário industrial do século passado, convive com a tendência expressa por Antunes de redução do trabalho improdutivo, apesar do capital ter forte dependência dessas atividades, pertencentes aos falsos custos, nos termos de Marx.

Portanto, enquanto em alguns setores (minoritários) o proletariado fica mais “qualificado e intelectualizado”, em outros, intensifica-se a exploração do trabalhador mais precarizado, que se expande no mundo em uma busca por mais-valia global. Há uma tendência a redução do operariado fabril, manual, estável, típico do fordismo, paralela ao enorme aumento do assalariamento e do proletariado precarizado em escala mundial. Também há uma propensão ao aumento expressivo do trabalho feminino, tanto na indústria como no setor de serviços, que precisa ser analisado apenas como emancipação parcial, uma vez que, ao lado de crianças, negros e imigrantes, são superexplorados, o que resulta também em modificações no perfil das reivindicações.

A dominação atual, menos explícita do que anteriormente, se dá principalmente através do controle econômico dos territórios (geoeconomia), articulando os fluxos dessa economia global-informacional direcionadamente, atendendo a diversos interesses. Essas transformações são entendidas por diversos autores como constituintes de uma Terceira Revolução Industrial. Outros autores, porém, relativizam esse conceito, já que não se efetivaram modificações radicais na infraestrutura de transportes ou na base energética do sistema industrial. Componentes do velho e do novo padrão industrial conviveriam juntos, o que mostraria a fase inicial desse processo e expressaria a ausência de um novo padrão de desenvolvimento. Assim sendo, apesar de uma notável reestruturação no processo produtivo que é acompanhada de relevantes inovações tecnológicas, velhas relações hierárquicas do “sistema-mundo moderno-colonial” ainda têm papel definitivo na articulação dos fluxos.

Nesse contexto, certas cidades têm seu papel redimensionado, passando a desempenhar funções estratégicas para a expansão do capital. Sassen (1993) discute essa nova lógica, em que as cidades adquirem postura central no gerenciamento e regulação da cadeia produtiva, agora espacialmente desconcentrada em escala global, constituindo-se como núcleos estruturais no sistema econômico organizado

em rede. O desenvolvimento capitalista, desigual e combinado, produz o espaço de maneira distinta, onde a globalização não homogeneiza, mas o fragmenta, valorizando e incorporando suas diferenças. Assim, revelam-se desigualdades interesca- lares, através tanto da fragmentação inclusiva como exclusiva.

### **“Acumulação via espoliação”: “insustentabilidades” na resignifica- ção da acumulação primitiva**

Rosa Luxemburgo (1968), em Harvey (2004, p.115-116), demonstra o duplo aspecto da acumulação do capital: “Um deles concerne ao mercado de bens e ao lugar em que é produzida a mais-valia – a fábrica, a mina, a propriedade agrícola”. “Outro aspecto da acumulação do capital se refere às relações entre o capitalismo e os modos de produção não capitalistas, que começam a surgir no cenário interna- cional.” Esses aspectos, que para a autora estão essencialmente vinculados, são im- prescindíveis para a compreensão histórica do capitalismo. Rosa Luxemburgo aten- ta para o subconsumo, resultado da exploração dos trabalhadores, que gera uma falta de demanda efetiva para absorver o crescimento da produção que o capitalis- mo produz. A teoria de sobreacumulação, ressaltada por Harvey, aponta a carência de oportunidades de investimentos lucrativos como o problema central.

É importante ressaltar que o capitalismo requer algo “fora de si mesmo”, ou nas palavras de Harvey (2004, p, 118), “cria, necessariamente e sempre, seu próprio ‘outro’”. Como ele mostra, o capitalismo pode usar algum tipo de exterior preexis- tente, como produzi-lo ativamente. O processo de acumulação primitiva, que cons- titui uma importante força de acumulação por meio do imperialismo, revela uma ampla gama de processos, como a “mercadificação” e privatização da terra, a expul- são violenta de populações camponesas, a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns e a mercantilização da força de trabalho e a supressão de formas alternativas, em processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos. A época em que grandes massas humanas são repentina e violentamente despojadas de seus meios de subsistência e jogadas ao mercado sob a forma de pro- letários privados de tudo, como afirma Marx, que deu destaque à expropriação do

produtor rural. O Estado, que teve papel fundamental no apoio e na promoção desses processos continua a ter função vital para o desenvolvimento capitalista.

O capitalismo sempre precisa de um fundo de ativos externos para enfrentar e contornar pressões de sobreacumulação, conforme já foi dito. Se esses ativos, como a “terra nua” e novas fontes de matérias-primas, não estiverem acessíveis, o capitalismo tem de produzi-los de alguma maneira. Acselrad e Bezerra (2009) destacam que dentre essas novas fronteiras de expansão, estão novos mercados e novos territórios “ativos”, tanto naturais como organizacionais.

Todas as características da acumulação primitiva que Marx enfatizou ainda permanecem fortemente presentes, como mostra Harvey. A privatização de indústrias, a formação de um proletariado sem-terra e a substituição da agricultura familiar pelo agronegócio são exemplos contundentes disso. Outros mecanismos da acumulação primitiva mencionados foram aprimorados, passando a desempenhar atualmente um papel bem mais intenso do que no passado. O capital financeiro e o sistema de crédito, que assumem posições centrais no capitalismo contemporâneo (evidenciadas pela atual crise do capital), tornaram-se grandes instrumentos de espoliação. A desregulação e a mobilidade acrescida funcionam como estratégias territoriais nesse contexto. A escalada de destruição dos recursos ambientais globais e a corporativização e privatização de bens até agora públicos indicam essa nova onda de expropriação dos recursos comuns. A “acumulação por espoliação”, assim, libera amplos campos a serem apropriados pelo capital sobreacumulado. Funciona como atualização da acumulação primitiva, onde, através de mercantilização e privatização (e utilizando também a violência), busca novas fronteiras para a expansão do capital.

### **O Rio de Janeiro diante do projeto de Cidade Global: reflexo do espaço concebido globalmente e palco das contradições das novas formas de acumulação**

Dentro da lógica já apresentada, em que as cidades tornam-se importantes centros articulados com a lógica global, o Rio de Janeiro, com seu projeto de cidade-global, passa a sofrer grandes transformações, tornando-se também palco das

grandes contradições do neoliberalismo. As transformações estão inseridas em um projeto urbanístico, apresentado como caminho único para o desenvolvimento, e que segue um padrão hegemônico, copiado no mundo inteiro. “A ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao Mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade” (SANTOS, 2006, p.338). Nesse sentido, as metrópoles ficam cada vez mais parecidas e fragmentadas.

A busca por atrair investimentos não representa uma conversão dos mesmos para benefício da população, uma vez que atende a um projeto de cidade que visa a cristalização da ideia de cidade empresa. Por isso, a cidade do Rio de Janeiro torna-se uma das cidades mais caras do mundo, onde o poder público vira um “balcão de negócios” para os grandes investimentos e que só interessa para o cidadão consumidor, o único que vai gozar dos benefícios de cidadão.

O Estado, como já analisado, continua sendo imprescindível para essa lógica, atuando agora apenas como garantidor da acumulação, na parceria público-privado (público fica com os riscos e o privado com os lucros). Nessa parceria, não tem vez o cidadão despossuído do poder de compra, que fica marginalizado dos benefícios das obras públicas. A Prefeitura, em associação com consórcios privados (financiadores, inclusive, das campanhas eleitorais), conduz esse processo de maneira autoritária, obedecendo aos interesses do lucro e da especulação imobiliária.

Os grandes eventos surgem como componentes fundamentais para pensar as intervenções no espaço urbano. A cidade como “marca e mercadoria” é vista nos grandes projetos, onde imagens virtuais são introduzidas na paisagem, dando caráter de que já existem e influenciando o modo de organização da sociedade, uma vez que, além de marca, a paisagem se constitui simultaneamente como matriz. A cidade difunde-se como “vitrine” para atrair investimentos exteriores através de uma gama de “vantagens comparativas” (SINISCALCHI, 2012). Insere-se assim no contexto da “guerra dos lugares”, buscando adaptar-se à globalização neoliberal pela capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos, em virtude das condições locais de ordem técnica e organizacional (SANTOS, 2006).

As reformas, que transformam estádios em arenas, além das remoções ilegais e arbitrarias, feitas exclusivamente pelos interesses da especulação imobiliária,

também expressam essa concepção de cidade. A cidade produzida como exterioridade cria relações de estranhamento com a cidade, pautadas pela alienação. O espaço público fica deteriorado, à medida que, ao ser renovado, tira a acessibilidade da população mais pobre.

A privatização e a reforma do Maracanã, então patrimônio cultural, revela que o processo de elitização da cidade é acompanhado pela elitização do futebol. O fim da “geral”, um dos poucos espaços “democráticos” restantes na cidade, revela o interesse por um novo perfil de torcedor, numa tentativa de restringir o acesso a poucos. As obras no entorno do Maracanã, com projetos de demolição de importantes centros desportivos, como o Célio de Barros, além da retirada de populações historicamente habitantes da área para a construção de shopping centers e estacionamento são resultados de mudanças no cotidiano, no ritmo da vida, agora programada e subordinada ao mundo da mercadoria.

A construção de um campo de golfe na APA de Marapendi é mais um dos inúmeros exemplos de privatização da cidade e deteriorização da vida. A existência de um campo de golfe (Itanhangá Golf Club) comprometido em realizar as alterações necessárias para as Olimpíadas demonstra a inutilidade do projeto, que usa a degradação da natureza para favorecer exclusivamente o interesse de da especulação imobiliária e das empreiteiras.

Para que sejam possíveis tais intervenções do Poder Público, é imprescindível um suporte simbólico, ou seja, a “construção de um consenso” para legitimá-las. A estigmatização das favelas baseada nos discursos criminalizantes que incidem sobre elas, (re)orienta as intervenções do Estado e o comportamento dos setores dominantes da sociedade, numa atualização do “mito da marginalidade” (FERNANDES, 2007). Consequência dessa construção é a crescente substituição do “Estado dos direitos sociais” para um “Estado da punição”, alimentado pelo desejo de uma polícia mais dura e repressiva, devido ao sentimento de insegurança e medo. A desagregação de valores morais e culturais construídos pelos moradores das favelas para dar lugar a um reducionismo ideologizado de sua representação no espaço urbano, além de justificar para os setores conservadores o uso de mecanismos de extermínio e controle social, cria nesses moradores um sentimento de não pertencimento a certos espaços da cidade, alimentando o distanciamento entre os grupos

sociais. A interdependência entre os circuitos superior e inferior da economia evidencia a relação dialética “ordem”/“desordem” e legal/ilegal. (SOUZA,1995)

À medida que o espaço concebido globalmente (ordem distante) se impõe sobre o espaço vivido, não se permite uma concepção distinta sobre os rumos da cidade. Opor-se à realização da Copa do Mundo e Olimpíadas significa opor-se ao desenvolvimento da cidade na construção desse imaginário. Da mesma maneira, cria-se a imagem de que contestar a privatização de certas áreas é contestar a “revitalização” das mesmas. Dessa forma, busca-se de qualquer maneira a “despolitização da política”.

Portanto, vemos que o projeto de cidade global vem acompanhado da acumulação por espoliação (ou despossessão), como ressignificação do processo de acumulação primitiva do capital. Podemos, assim, fazer um paralelo: antes a despossessão era feita pelo cercamento das terras comunais; hoje, pelas privatizações. A busca por locais para expansão devido ao excesso de mercadorias da Inglaterra após a Revolução Industrial (colonização) é hoje vista em projetos como a Transoeste ou na especulação imobiliária, como busca de novas fronteiras para a expansão do capital. Os megaprojetos, com base na articulação entre o setor imobiliário e o capital financeiro, configuram um urbanismo sem urbanização. Devemos, portanto, questionar quais serão e para quem serão deixados os legados dos grandes eventos.

### **Considerações finais: desenvolvimento como libertação**

A partir da análise efetuada sobre a formação e difusão do pensamento ocidental, assim como de suas diversas implicações para os modelos de desenvolvimento adotados, torna-se evidente a insustentabilidade do desenvolvimento capitalista nas múltiplas escalas e dimensões da sociedade. Uma vez que a busca incessante e infinita por lucro encontra limites, tanto nos recursos naturais como no próprio mercado, o capitalismo é entendido nesse texto como crise estrutural, sendo as chamadas “crises” apenas momentos episódicos que evidenciam essa insustentabilidade. A compreensão dos discursos que legitimam esse modelo de desenvolvimento, normalmente pautados em determinismos, ideias simplistas e reduci-

onismos, que não contemplam inteiramente a realidade, é essencial para entender a força da dimensão simbólica para a materialização do pensamento na produção do espaço.

A cidade do Rio de Janeiro, moldada de acordo com o projeto de cidade global ou máquina do crescimento, vira palco das grandes contradições do capitalismo, expondo como se ressignificam as formas de acumulação na chamada acumulação por espoliação. Esse projeto autoritário é apenas um reflexo em diferente escala dos processos ocorridos no espaço concebido globalmente. É exemplo da capacidade de reorganização do capitalismo, que cria e recria padrões de produção para manter a acumulação.

Portanto, como mostra Sachs, é necessária a interpretação de diversos tipos de sustentabilidades e desenvolvimentos. A análise multidimensional e multiescalar do espaço são essenciais para a compreensão do desenvolvimento da forma com que se realiza atualmente. Precisamos compreender de maneira integrada as dimensões econômica, social, ecológica e espacial e analisar o espaço produzido pela globalização como fragmentado para entender sociedade e natureza como integrados no meio ambiente, quebrando a dicotomia existente. O entendimento do espaço, como se procura mostrar posteriormente, depende da compreensão da lógica simbólica e das práticas socioculturais que constroem o espaço, composto pela superposição de múltiplas territorialidades. O espaço, da mesma forma, deve ser considerado como meio, condição e produto do processo de reprodução das relações sociais (RUA, 2007), sem deixar de compreender essa (re)produção como desigual, uma vez que, como analisa a geografia marxista, é condicionada pelas relações capitalistas de produção. Os discursos interpretados, igualmente são condicionados pela produção social capitalista e, portanto, vinculados aos mecanismos por onde circula o poder.

A partir da discussão de desenvolvimentos geograficamente desiguais, apresentados por Harvey (2004), podemos pensar também em sustentabilidades geograficamente desiguais, com base em uma restituição da dialética. Pensar nesses termos seria pensar em cada parcela do espaço com a possibilidade de construir seu próprio desenvolvimento e cada grupo definindo o que para ele é sustentabilidade. Escaparíamos, dessa forma, de uma sustentabilidade elaborada para a eco-

nomia nos moldes atuais, que atende a uma tentativa de manutenção da acumulação, ainda que sob novos paradigmas. Só a partir de uma descolonialidade e de uma consequente redistribuição do poder, explorada por Dussel (2005) como “transmodernidade”, seria concebida uma nova noção de bem-estar (ou “bien vivir”), como mostra Quijano (2012), onde o valor de cada um não fosse definido pela capacidade de consumo.

Certos valores como a democracia, na maneira como são difundidos pela globalização precisam ser relativizados, pois, além de não se constituírem de forma homogênea no planeta, têm sua compatibilidade com o capitalismo merecidamente questionada. Democracia, em sua origem etimológica, expressa “governo do povo”, ou “governo pelo povo”. Como mostra Wood (2011):

Não existe um capitalismo governado pelo poder popular, não há capitalismo em que a vontade do povo tenha precedência sobre os imperativos do lucro e da acumulação, não há capitalismo em que as exigências de maximização dos lucros não definam as condições mais básicas da vida.

Slavoj Žižek (2012) em “Occupy”, demonstra que essa democracia, que não é real, se constitui como a principal ilusão sustentadora do sistema político e ideológico. Sua superação, como lembra o filósofo, depende não só do rechaço ao sistema midiocrático, corrupto e a serviço dos bancos, mas também da formulação de uma alternativa.

Para que isso seja possível, é necessária uma adaptação e constante renovação do discurso crítico às mudanças da sociedade, para fugir do dogmatismo. A cidadania e a interação, retomando o urbano como local de encontro e tendo consciência de que o pessoal é político, são caminhos para uma democracia realmente participativa. O “arquiteto rebelde”, que como todos nós, é uma pessoa corporificada, deve fundamentar a arquitetura do utopismo dialético em matrizes contingentes de relações sociais existentes. Precisamos buscar o nexo aglutinador entre as lutas particulares, para, através das traduções e aspirações passar da particularidade à universalidade (HARVEY, 2004).

Assim, Wood (2011) mostra a necessidade de renovação do materialismo histórico, através da restituição da dialética, que superaria as relações simplistas de causa e efeito predominantes. A padronização da lógica cartesiana, que fica retida à forma, seria superada pelo desvendamento das contradições e diferenças proporci-

onado pela dialética, mediando a relação entre o Ser e o Mundo. A partir disso, é necessário pensar uma outra alternativa de globalização, mais humana e solidária, (SANTOS, 2004) a partir de um novo modelo de desenvolvimento, libertando-se da concepção ocidental. Precisamos agregar novas utopias ao modelo de desenvolvimento hegemonicamente concebido, considerando a heterogeneidade e a multidimensionalidade do espaço.

## Referências

- ACSELRAD, Henri; BEZERRA, Gustavo das N. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle das demandas sociais no Brasil contemporâneo. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 13., 2009, Florianópolis (SC). **Anais...** Florianópolis: ANPUR, 2009. sem paginação.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo (SP): Boitempo, 2001.
- DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires (ARG): CLACSO, 2005. p. 55-70.
- FERNANDES, Fernando L. Efeitos sócio-espaciais da estigmatização das favelas no Rio de Janeiro: algumas reflexões preliminares. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 7., 2007, Niterói (RJ). **Anais...** Rio de Janeiro (RG): ANPEGE, 2007. p. 159-171.
- FERREIRA, Cândido G. O “Fordismo”, sua crise e algumas considerações sobre o caso brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte (MG), v. 7, n.2, p. 165-201, 1997.
- HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Etc, espaço, tempo e crítica**, Niterói (RJ), v. 1, n.2 (4), p. 39-52, 2007.
- HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2010.
- HALL, Stuart. The West and the Rest: discourse and power. In: SCHECH, Susane; HAGGIS, Jane (Eds.). **Development**: a cultural studies reader. Oxford (RUN); Malden (EUA): Blackwell, 2002. p. 56-64.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo (SP): Loyola, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Espaços de Esperança**. São Paulo (SP): Loyola, 2004
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo (SP): Moraes, 1991.
- MARTINE, George. População, meio ambiente e desenvolvimento: o cenário global e nacional. In: MARTINE, George (Org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento**: verdades e contradições. Campinas (SP): Unicamp, 1993. p. 21-41.
- MATTOSO, Jorge. **A Desordem do Trabalho**. São Paulo(SP): Scritta, 1995.

MORIN, Edgar. Sociedade-mundo ou império-mundo? **Política Externa**, [s.l.], v. 11, n. 1, sem paginação, jun.-jul. 2002.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2006.

QUIJANO, Aníbal. “Bien vivir”: entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder. **Viento Sur**, [s.l.], n. 122, p. 46-56, maio 2012.

RIBEIRO, Gustavo L. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: ideologia e utopia no final do século XX. **Ciência e informação**, [s.l.], v. 21, n. 1, p.23-31, 1992.

RUA, João. Desenvolvimento, espaço e sustentabilidades. In: RUA, João (Org.). **Paisagem, espaço e sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da Geografia**. Rio de Janeiro (RJ): PUC-Rio, 2007. p. 143-193.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo (SP): Companhia das Letras. 1990.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro (RJ): Record, 2004.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo (SP): USP, 2006.

SASSEN, Saskia. A Cidade Global. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da F.; NABUCO, Maria Regina (Orgs.). **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo (SP): Hucitec; ANPUR, 1993. p. 187-202.

SINISCALCHI, Mateus V. de M. Desenvolvimentos e sustentabilidades no espaço urbano carioca. **GeoPUC**, Rio de Janeiro (RJ), ano 4, n. 8, sem paginação, 2012.

SOUZA, Marcelo José L. de. O Narcotráfico no Rio de Janeiro, sua territorialidade e a Dialética entre “Ordem” e “Desordem”. **Cadernos de Geociências**, Rio de Janeiro (RJ), n.13, sem paginação, jan.-mar. 1995.

SOUZA-LIMA, José Edmilson de. Economia ambiental, ecológica e marxista versus recursos naturais. **Revista da FAE**, Curitiba (PR), v. 7, n. 1, p. 119-127, jan.-jul. 2004.

WOOD, Ellen M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo (SP): Boitempo 2011

ŽIŽEK, Slavoj. O violento silêncio de um novo começo. In: CARTA MAIOR (Org.). **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo (SP): Boitempo, 2012.

Recebido em março de 2014;

aceito em abril de 2014.